

# Edital 3/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	158276-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	DARLAN GAMA MARTINS	28/05/2024 08:39 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90009/2023	23249.061341.2023-49

## 1. Do objeto

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(Processo Administrativo nº 23249.061341.2023-49.)

Torna-se público que o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus São Luís – Maracanã, por meio do núcleoAvenida dos Curiós, S/Nº, Vila Esperança, São Luís-MA, CEP: 65095-460.de licitações e contratos, sediado(a) ,realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nosterms da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, edemais legislação aplicável e, ainda, consoante as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de serviços especializados de manutenção de áreas verdes (poda e supressão de árvores de pequeno, médio e grande porte e destocamento de árvore, cercamento, capina manual e ecanizada e serviços correlatos) com disponibilização de mão de obra especializada, mas sem dedicação exclusiva, e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos necessários à prestação dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## **2. Do registro de preços**

### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. Da participação na licitação**

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.5.9.1 *A vedação que trata o subitem anterior, dar-se-á devido o objeto licitado não envolver alta complexidade nem grande vulto de valor.*

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo, estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.2. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.1. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. Do preenchimento da proposta**

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

*5.1.1. valor unitário e total do item;*

5.1.2. Marca;

*5.1.3. Fabricante;*

*5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo descrito na tabela de itens*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

*5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, consoante o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 10,00 (dez reais)*

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista, ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. Da fase de julgamento**

### **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;



- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. Da fase da habilitação**

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que o substitua, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

*8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

*8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail: [licitacao.maraca@ifma.edu.br](mailto:licitacao.maraca@ifma.edu.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

*8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. Da ata de registro de preços**

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. Dos recursos**

### **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.ifma.edu.br](http://www.ifma.edu.br).

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

### **13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: .licitacao.maracana@ifma.edu.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. Das disposições gerais**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [www.ifma.edu.br](http://www.ifma.edu.br)

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

....., ..... de ..... de 20.....

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP4\_2024..pdf (3.83 MB)
- Anexo II - MR2\_2024.pdf (45.31 KB)
- Anexo III - TR4\_2024.pdf (267.22 KB)
- Anexo IV - TR4\_2024.2.pdf (407.08 KB)
- Anexo V - CONTRATO7\_2024.pdf (175.71 KB)
- Anexo VI - ARP3\_2024.pdf (158.51 KB)
- Anexo VII - Planilha de custo.xlsx - IRP.pdf (92.51 KB)
- Anexo VIII - Planilha de custo.xlsx - Itens do pregao.pdf (62.86 KB)

**Anexo I - ETP4\_2024..pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 4/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23249.061341.2023-49

## 2. Descrição da necessidade

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus São Luís Maracanã., existem extensas áreas verdes distribuídas em sua área patrimonial. Em grande parte, trata-se de antiga vegetação, com grandes árvores, de modo que se faz necessário realizar periodicamente serviços de poda, erradicação de árvores mortas e retirada de tocos. Por conta da estrutura e porte destes vegetais, a execução deste serviço necessita de mão de obra qualificada, técnicas e equipamentos profissionais para segurança em altura.

Atualmente, o cCampus São Luís Maracanã não possui serviço especializado de manutenção de áreas verdes. A ausência desse serviço torna as dependências do campus vulneráveis, podendo ocasionar acidentes e prejudicar a integridade física de servidores, colaboradores, estudantes e demais cidadãos que transitam pelo Instituto, além de potenciais danos materiais aos imóveis tombados, aos veículos estacionados e à rede elétrica de alta tensão, considerando que as áreas do campus são predominantemente abertas e com áreas verdes, cuja vegetação contém árvores mortas que apresentam perigo de desabar com a incidência de chuvas e ventos fortes.

Os Serviços continuados de Roçada, Capina manual e mecanizada, poda, jardinagem, cerca, Corte de Grama e serviços correlatos, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para a manutenção e conservação das áreas verdes, cercas das instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus São Luís Maracanã.

Trata-se de prestação de serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme definição prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Considerando as áreas verdes existentes no Campus São Luís Maracanã, que precisam de constante manutenção e revitalização e que para a isso é necessária reposição de insumos tais como mudas de plantas ornamentais, mudas de forração, adubo, substrato, limitadores de canteiro, etc, bem como investimento na aquisição e manutenção de equipamentos e ferramentas e mão de obra especializada para a sua execução; bem como ser localizada em uma área rural, em região rodeada de mata nativa e plantação agropecuária. Dessa forma, o serviço contínuo de roçada, capina e corte de grama é imprescindível, tendo em vista sua importância estar diretamente vinculada a questões de segurança, tais como a visibilidade dos agentes que estão em serviço nas torres de vigilância bem como para amenizar os efeitos da proliferação de pragas e animais como: mosquitos, moscas, ratos, cobras, gambás, lagartos, etc. Faz-se necessária a contratação de empresa especializada no serviço de jardinagem e manutenção de paisagismo para atendimento das demandas do Campus São Luís Maracanã e demais participantes deste projeto.

O IFMA Campus São Luís Maracanã, instituição integrante da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, e historicamente decorrente da Escola Agrotécnica Federal e Colégio Agrícola de São Luís, localizada à Avenida dos Curiós, S/N, Bairro da Vila Esperança, zona rural de São Luís-MA, possui 75 (setenta e cinco) anos de história de educação profissional, técnica e tecnológica no Estado do Maranhão, com foco e expertise na oferta de cursos na área de ciência animal e ciência vegetal, tais como Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Meio Ambiente, Superiores de Ciências Agrárias, Agronomia, Zootecnia, entre outros.

As áreas deste campus, possui vários tipos de terreno: cascalho, brita, solo natural, corte de grama, dentre outros, os quais necessitam de manutenção, de caráter contínuo, para que seja evitado o crescimento excessivo da grama e de mato, o qual pode atrair pragas e animais de toda sorte para dentro das instalações administrativas e de ensino, podendo comprometer a saúde e integridade dos servidores, alunos e terceirizados.

A terceirização é indispensável uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas. Conforme disposição do artigo 7º, parágrafo 1º da IN nº 5 /2017 da SLTI do MPOG "A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998".

Enfatiza-se que o serviço que se pretende contratar tem caráter meramente acessório. Nesse sentido, de acordo com a Lei e a Instrução Normativa supracitadas, justifica-se a contratação indireta de empresa especializada nos serviços descritos no parágrafo primeiro deste projeto.

Portanto, consideramos ser de extrema importância a contratação do referido serviço, visando garantir a integridade do patrimônio público e, sobretudo, a segurança da comunidade universitária. A contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de podas e manutenção de áreas verdes de forma continuada tem observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis (Lei nº 14.133/2021). A execução deste serviço deve atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010. Senão vejamos o que dizem seus artigos 6º e 7º, in verbis:

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

Frente ao exposto, e para atendimento da necessidade, o presente estudo visa apresentar o planejamento da referida contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Preliminar e seus anexos.

**OBJETIVOS FUNDAMENTAIS:**

Garantir um espaço limpo, salubre e conservado, proporcionando saúde e bem estar dos alunos, terceirizados, servidores e prestadores de serviços, como também a todos os visitantes que utilizam o ambiente desta instituição de ensino.

Garantir a continuidade dos serviços, na qual a interrupção pode comprometer a segurança institucional e o fluxo dos trabalhos rotineiros no âmbito da unidade federal.

Fortalecer o princípio da economicidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E APOIO DIDÁTICO	JOSÉ DA CONCEIÇÃO BARBOSA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da Natureza do Serviço (Continuada ou Não)

A partir da análise das especificidades do serviço, e conforme Acórdão do TCU nº 132/2008 que diz:

Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Desta forma, a equipe de planejamento da contratação classificou o serviço como de natureza continuada.



São requisitos necessários à contratação para serviços continuados sem mão de obra exclusiva, tais como:

Trata-se de prestação de serviço comum cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado, conforme definição prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes, para uso de produtos químicos, ferramentas, equipamentos e utensílios e às demais normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

Os serviços a serem executados no IFMA Campus São Luís Maracanã deverão contemplar o fornecimento de todo material, ferramentas, maquinário, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em toda área interna e externa da Unidade Federal.

Durante a execução contratual, o Fiscal e ou o Gestor Contratual poderá NOTIFICAR a empresa prestadora dos serviços a comparecer na Instituição, a qualquer tempo, com a finalidade de solucionar quaisquer problemas relacionados ao objeto da contratação, sem ônus para a contratante. A empresa deverá atender a solicitação da CONTRATANTE em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres humanos, semoventes e plantações.

A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da instituição, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias anterior ao acesso ao IFMA Campus São Luís Maracanã.

Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI'S) durante a prestação dos serviços objeto deste projeto.

Se forem utilizados produtos químicos na execução dos serviços, estes deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

Deverá se adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

Respeitar as Normas Brasileira - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

#### Da Qualificação da Mão de Obra

A mão-de-obra utilizada na prestação dos serviços deverá ser qualificada de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos na Norma Regulamentadora Nº 35, a qual dispõe sobre Trabalho em Altura. Conforme o item 35.2.3 da NR-35, in verbis:

Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

- a) normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
- b) análise de Risco e condições impeditivas;
- c) riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
- d) sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
- e) equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
- f) acidentes típicos em trabalhos em altura; g) condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

Para os empregados que atuem utilizando Motosserras, deverá ser seguido o Anexo V da NR-12 - Motosserras, item 4.1 que dispõe:

Os empregadores devem promover, a todos os operadores de motosserra e similares, treinamento para utilização segura da máquina, com carga horária mínima de oito horas e conforme conteúdo programático relativo à utilização constante do manual de instruções.

Para a utilização de máquinas e equipamentos, o operador da máquina deverá ser capacitado conforme os seguintes itens da NR-12:

12.16.1 A operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem ser realizadas por trabalhadores habilitados ou qualificados ou capacitados, e autorizados para este fim.

12.16.10 Os operadores de máquinas autopropelidas devem portar cartão de identificação, com nome, função e fotografia em local visível, renovado com periodicidade máxima de um ano mediante exame médico, conforme disposições constantes da Norma Regulamentadora n.º 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e na Norma Regulamentadora n.º 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

12.16.11.1 O curso de capacitação deve ser específico para o tipo máquina em que o operador irá exercer suas funções e atender ao seguinte conteúdo programático:

- a) histórico da regulamentação de segurança sobre a máquina especificada;
- b) descrição e funcionamento;
- c) riscos na operação;
- d) principais áreas de perigo;
- e) medidas e dispositivos de segurança para evitar acidentes;
- f) proteções - portas, e distâncias de segurança;
- g) exigências mínimas de segurança previstas nesta NR e na Norma Regulamentadora n.º 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- h) medidas de segurança para injetoras elétricas e hidráulicas de comando manual; e
- i) demonstração prática dos perigos e dispositivos de segurança.

Desse modo, a empresa contratada deverá apresentar comprovação de treinamento em altura dos funcionários que prestarão os serviços contratados e as demais capacitações citadas acima. Além disso, todo o serviço de poda deverá atender à Norma Brasileira NBR 16246-1 (Floresta Urbanas – Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas – parte 1 – poda).

## Da Capacitação

É dever da contratada executar os serviços através de profissionais capacitados e com treinamento comprovado para exercer tais atividades, os quais devem ter treinamento em altura, conforme NR-35, e os demais mencionados neste projeto, bem como indicação formal de seu preposto.

## Da Segurança do Trabalho

Cabe a empresa contratada a implantação do conjunto de normas, ações e medidas preventivas destinadas à melhora dos ambientes de trabalho, a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, para proporcionar a melhor qualidade de vida no trabalho. Deste modo, a empresa será responsável por elaborar, apresentar e zelar pelo cumprimento do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO e do PGR – Programa de Gerenciamento de riscos onde estejam contempladas todas as medidas de segurança do trabalho e saúde dos trabalhadores.

Todas as medidas de segurança do trabalho deverão estar em conformidade com as seguintes Normas Regulamentadoras:

- NR n.º 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- NR n.º 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- NR n.º 06 – Equipamento de Proteção Individual - EPI;
- NR n.º 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

- NR n.º 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR n.º 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR n.º 17 – Ergonomia;
- NR n.º 18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;
- NR n.º 21 – Trabalho a céu aberto;
- NR n.º 26 – Sinalização de Segurança; e
- NR n.º 35 – Trabalho em Altura.

No caso de serviço de poda em altura, que apresenta risco de queda ao trabalhador, em níveis acima de dois metros do piso, a execução desta atividade deve seguir a NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, e a NR 35 – Trabalho em Altura.

Em trabalhos de poda em árvores altas envolvendo fiação elétrica deve-se seguir também a NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade.

Ademais a contratada deve atentar para o cumprimento dos seguintes normas:

- a . Apresentar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, contendo obrigatoriamente: a fundamentação legal, o objetivo, a metodologia e as diretrizes que regem o programa;
- b. Apresentar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, contendo no mínimo: a) inventário de riscos; e b) plano de ação;
- c. O PCMSO e o PGR deverão ser apresentados até 30 dias após o início dos serviços e ser reapresentados, se verificado necessidades a qualquer momento. Além disso, ser mantidos atualizados conforme periodicidade exposta nas NRs e solicitação da contratante;
- d. Descrever as atividades do PCMSO, referente aos exames médicos ocupacionais: admissionais /demissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e encaminhamento para auxílio-doença, em conformidade com a legislação vigente;
- e. Detalhar as responsabilidades, os mecanismos de avaliação e o reconhecimento dos riscos inerentes a cada função;
- f. A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador conforme item 35.4.1.2.1 da NR-35 devendo ser apresentado o ASO antes de início das atividades;
- g. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança individual e coletiva adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento e os demais que se fizerem necessários para o desempenho de suas funções;
- h. A empresa deverá ser responsável por manter e fiscalizar o uso dos EPIs e EPCs por parte dos seus funcionários, sendo o seu uso critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados no Índice de Medição dos Resultados – IMR. Além disso, deverá ser utilizado pelos trabalhadores envolvidos na poda;
- i. Para o PCMSO, o médico responsável deve elaborar relatório analítico do Programa anualmente e para o PGR a avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos;
- j. Havendo alterações nos ambientes de trabalho, a empresa deverá apresentar novo PGR e PCMSO, a critério da fiscalização;
- k. Quando e se aplicável, a contratada deverá constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA ou representante da organização dentre seus empregados para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho;
- l. A análise de risco deverá ser apresentada até 30 dias após o início dos serviços devendo ser entregue cópia para a fiscalização.,

No que concerne à NR-35, ressalta-se que:

Cabe à Contratada:

- a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas na NR-35;
- b) assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;
- c) desenvolver procedimento operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura;
- d) assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;
- e) adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na NR-35 pelas empresas contratadas;
- f) garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
- g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na NR-35;
- h) assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível;
- i) estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
- j) assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
- k) assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na NR-35.
- l) ressarcir a contratante ou terceiros se houver danos estruturais ou físicos decorrentes da execução do serviço contratado.
- m) isolar devidamente a área que potencialmente possa haver queda de rejeitos.
- n) limpar devidamente todos os galhos, folhas, madeiras e outros rejeitos que sejam oriundos da realização do serviço contratado.

Cabe aos trabalhadores:

- a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pelo empregador;
- b) colaborar com o empregador na implementação das disposições contidas na NR-35;
- c) interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis;
- d) zelar pela sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho.

Além de obedecer ao disposto na NR-35 e NR-7 quanto à segurança no trabalho, a Contratada deverá observar a legislação vigente no tocante a esta temática, como também as normas internas de segurança da Contratante.

Além de obedecer integralmente ao disposto nas NRs 1, 5, 6, 7, 10, 12, 17, 18, 21, 26 e 35 quanto à segurança no trabalho, no que couber, a Contratada deverá observar a legislação vigente no tocante a esta temática, como também as normas internas de segurança da Contratante.

## 5. Levantamento de Mercado

Não há solução única no mercado para o serviço de Roçada, Capina e Corte de Grama. Em breve pesquisa na internet constatou-se uma diversidade de produtos, fornecedores e fabricantes que disponibilizam soluções ao controle eficiente das áreas verdes dos órgãos públicos.

Sendo assim, considerando as características da demanda da UFCG, a equipe de planejamento identificou 04 soluções possíveis para o atendimento da necessidade e apresentou a respectiva análise:

QUADRO DE SOLUÇÕES DE MERCADO	
<b>SOLUÇÃO 01</b>	<b>Acionar a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente do Município de São Luís/MA para realizar os serviços</b>
Avaliação da Solução	Esta solução não foi escolhida devido à impossibilidade de realizar cronogramas e estabelecer prazos. Conforme histórico desta unidade, há uma morosidade na prestação dos serviços, devido à intensa demanda da secretaria, o que pode prejudicar a celeridade necessária tanto no atendimento das demandas atuais quanto nos possíveis casos urgentes.
<b>SOLUÇÃO 02</b>	<b>Contratar o serviço com mão de obra exclusiva, sem insumos.</b>
Avaliação da Solução	Embora seja possível aferir a qualidade dos serviços e se tenha maior celeridade no atendimento da demanda, esta solução não foi escolhida devido à inviabilidade econômica, mais precisamente devido aos custos com pessoal (encargos sociais, trabalhistas) e capacidade ociosa (mão de obra), por se tratar de demanda sazonal.
<b>SOLUÇÃO 03</b>	<b>Contratar o serviço com mão de obra exclusiva e com insumos</b>
Avaliação da Solução	Considerando que a necessidade administrativa busca o menor dispêndio possível de recursos, sem prejuízo da qualidade do serviço, esta solução não foi escolhida devido à inviabilidade econômica, mais precisamente devido aos custos com encargos sociais e trabalhistas e manutenções futuras nos equipamentos, além de custos com capacidade ociosa (maquinário e mão de obra), devido à sazonalidade do serviço.
<b>SOLUÇÃO 04</b>	<b>Contratar o serviço sem mão de obra exclusiva e com insumos que vierem a ser necessários já embutidos nas propostas.</b>

Avaliação da Solução	Considerando os princípios administrativos da eficiência, celeridade e economicidade, esta solução foi escolhida, uma vez que, com a contratação sem mão de obra exclusiva e com insumos, elimina custos com capacidade ociosa, encargos sociais e trabalhistas, mostrando- se, portanto, a alternativa mais célere e economicamente mais viável para a Administração.
----------------------	--

Análise das alternativas existentes e justificativa de escolha:

- Ao observar as soluções acima, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela **Solução 4**, uma vez que atende as determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho do IFMA Campus São Luís Maracanã, facilitando a gestão contratual, pois, não há alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, gerando economia ao IFMA, tendo em vista que o serviço será realizado por demanda do IFMA.

6. Descrição da solução como um todo

A Contrata ficará obrigada a fazer os seguintes serviços:

A empresa prestadora dos serviços de Roço, Capina e Corte de Grama deverá executar o objeto desse projeto mediante ORDEM DE SERVIÇO emitida pela CONTRATANTE, após levantamento prévio das áreas em que são imprescindíveis a realização dos serviços. A periodicidade será por demanda, com prazo de atendimento não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA.

A contratação de empresa especializada e com expertise na prestação dos serviços de manutenção de áreas verdes mostra-se necessária para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, atuando de forma preventiva, corretiva e sustentável, uma vez que o campus São Luís maracanã não dispõe de pessoal no quadro funcional e maquinário para realizar o serviço. O serviço foi caracterizado como continuado, e sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Integram a composição dos valores da contratação os itens discriminados neste estudo e Mapa de Preços. Os serviços serão executados sob demanda deste IFMA e terão sua qualidade mensurada mediante critérios estabelecidos no Índice de Medição de Resultados (IMR).

Formas de manutenção dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	500000
2	Capina Manual	m²/mês	100000
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	100000
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	3000
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	30000
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	30000

13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	70000
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	30000
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	5000
	TOTAL		

A contratada deverá obrigatoriamente retirar todos os resíduos provenientes dos serviços de Roço, Capina e Corte de Grama, incluindo coleta e transporte.

Espera-se com esta nova contratação os seguintes efeitos:

- Otimização da forma de trabalho tanto no que tange a gestão quanto a fiscalização de contratos;
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da Contratada que possam gerar desgastes ou custos para Administração;
- Garantir a boa execução dos serviços de Roçada, Capina e Corte de Grama, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Economia de escala ao colocar os itens em grupos.

Ter um ambiente salubre aos servidores, colaboradores, visitantes e internos custodiados minimizando os índices de proliferação de bactérias, surgimentos de insetos e outros tipos de animais que possam transmitir doenças.

A prestação do serviço será efetuada no IFMA Campus São Luís Maracanã.

A demanda foi estimada a partir de inspeção presencial no campus. Foram consideradas as peculiaridades das condições do ambiente, as necessidades em termos de atividades, assim como a produtividade, periodicidade e a frequência do serviço. As demandas do campus consistem, basicamente, em: atender solicitações/reclamações de usuários do campus, como também, realizar serviços decorrentes de vistorias que a própria administração realiza, em que são detectadas necessidades de erradicação de árvores mortas; supressão de tocos; poda de galhos que estejam próximos a transformadores ou fiação; poda de árvores que estejam quebrando telhas, dentre outras demandas de mesma natureza que o Setor de Manutenção do campus possui.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	500000	R\$ 0,16	R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00

9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	3000	R\$ 93,97	R\$ 281.910,00	R\$ 3.382.920,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	30000	R\$ 0,70	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	30000	R\$ 0,70	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	70000	R\$ 1,97	R\$ 137.900,00	R\$ 1.654.800,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	30000	R\$ 1,97	R\$ 59.100,00	R\$ 709.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	5000	R\$ 5,29	R\$ 26.450,00	R\$ 317.400,00
	TOTAL				R\$ 686.640,00	R\$ 8.239.680,00

As áreas a serem atendidas pelos serviços de roçada, capina e corte de grama é todo perímetro interno e externo do Campus.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 8.239.680,00

As estimativas deverão seguir a legislação vigente, com seus devidos cálculos de média aritmética com todos os documentos comprobatórios. Podemos utilizar também, no momento da busca de preços referenciais, os preços do atual contrato como forma de melhor balizar os preços, atendendo o Acordão nº 6.110/2010 TCU - 1ª Câmara.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	500000	R\$ 0,16	R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	3000	R\$ 93,97	R\$ 281.910,00	R\$ 3.382.920,00
	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques				R\$	



11	e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	30000	R\$ 0,70	21.000,00	R\$ 252.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	30000	R\$ 0,70	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	70000	R\$ 1,97	R\$ 137.900,00	R\$ 1.654.800,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	30000	R\$ 1,97	R\$ 59.100,00	R\$ 709.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	5000	R\$ 5,29	R\$ 26.450,00	R\$ 317.400,00
	TOTAL				R\$ 686.640,00	R\$ 8.239.680,00

O preço foi levantado com base em pesquisa de mercado constante no anexo deste projeto.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tendo em vista a recomendação do TCU de que as compras devem ser divididas em tantos itens (etapas ou parcelas) quantos se comprovarem técnica e economicamente viáveis, o critério de julgamento será o de menor preço global, pois os serviços possuem interdependência, fator que será melhor administrado mediante único contrato.

Em atendimento à Súmula 247 do TCU, os itens foram agrupados em lote, objetivando ampliar o universo de licitantes, não gerar prejuízo ao conjunto ou complexo que será licitado e nem perda de "economia de escala". Observa-se o teor da Súmula 247, a seguir: "Súmula nº 247 TCU: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Cumpre-nos enfatizar, ainda, que a opção mencionada justifica-se, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, sendo necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado, em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que ocorrerá uma eficiente execução e controle do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços que possuem interdependência.

A natureza da contratação do serviço a ser executado foi o critério usado para a divisão dos itens e o agrupamento destes em lote, pois a divisão em itens comprometeria a qualidade dos serviços prestados bem como a responsabilização dos fornecedores em possíveis casos fortuitos, caso várias prestadoras atendessem a demanda.

Além do exposto acima, frisa-se ainda que a licitação por lotes é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade dos serviços, haja vista que o gerenciamento do contrato irá permanecer todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, a maior interação entre as diferentes fases dos serviços, concentração da responsabilidade pela execução dos serviços em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

Há de se considerar que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

Colabora para este entendimento o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara, onde informa que "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si". Neste entendimento o relator enfatiza que a economicidade deve ser observada durante a licitação, como também durante a atividade administrativa para sua formalização, conforme pode ser constatado no texto abaixo extraído do Acórdão supracitado:

"Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade. No caso concreto que se examina, a adjudicação por itens, nos termos defendidos pela representante,

implicaria na necessidade de publicação de 415 Atas de Registro de Preços diferentes, com indubitável custo administrativo para sua formalização, publicação e gerenciamento. A divisão do objeto em lotes, na forma realizada, deverá resultar na publicação de apenas 15 Atas de Registro de Preços, conforme informou o Pregoeiro”.

“Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade...”

Outro entendimento exarado no Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, do relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, defende que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Conforme o exposto, agrupando-se os itens em lote, afasta-se a figura da inviabilidade de competição, pois os agrupamentos consideram objetos de mesma natureza, que guardam relação entre si e são fornecidos por um vasto rol de empresas que atuam no ramo de mercado, correspondente. Não obstante, no caso de formação por Lote, poderá o fornecedor ofertar valores menores uma vez que seus custos com frete e estoque poderão ser diluídos entre vários itens do Lote, colaborando para a economicidade da aquisição.

A finalidade pretendida pela Administração é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

Considerando ainda que os itens do serviço a ser contratado possuem interligação, como por exemplo, uma supressão de vegetação geralmente é precedida por uma poda e que a supressão gera o destocamento, a equipe de planejamento optou pelo agrupamento dos itens, de modo a evitar interrupções/atrasos no serviço, bem como dificuldades na gestão do contrato.

Sendo assim, verifica-se a inviabilidade técnica/econômica do parcelamento do presente objeto, à medida que a necessidade administrativa busca o menor dispêndio possível de recursos, bem como busca assegurar a qualidade da prestação do serviço. A maior vantagem, no presente estudo da escolha pelo não parcelamento, caracteriza-se como forma de adequação e satisfação do interesse coletivo.

Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada em itens, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

Logo, a adjudicação se dará por grupo.

O regime de execução por preço unitário destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração.

Adota-se, também, a empreitada por preço unitário como regime de execução da presente contratação, tendo em vista que os pagamentos correspondem à efetiva medição dos serviços, minorando-se os riscos dos contratantes em relação aos quantitativos previstos, conforme Acórdão 1978/2013:

Já na empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de

quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a

necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há outra contratação que contenha correlação ou interdependência com a presente, contudo considerando que o atual contrato de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **Roçada, Capina e Corte de Grama e deamís serviços correlatos**, para atender as necessidades da instituição.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço objeto deste estudo, está alinhado ao Planejamento Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus São Luís Maracanã, em conformidade com o objetivo de garantir a qualidade total na execução das atividades sob sua responsabilidade, bem como prestar serviços com qualidade a coletividade, em consonância com o princípio da eficiência, previsto no art. 37, da Constituição Federal de 1988.

Esta contratação subsidiará o desenvolvimento de aulas além de projetos de extensão e estágio curricular, e atenderá a todo o corpo de discentes e docentes, bem como a toda a comunidade do IFMA - Campus São Luís Maracanã. Consequentemente, a comunidade local também será beneficiada, uma vez que os projetos realizados têm impacto social e econômico. Boas condições de trabalho e estudo, com locais mobiliados que ofereçam conforto mínimo necessário;

Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado do Maranhão e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2022, em conformidade com as disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019, consignado no relatório extraído do sistema DFD 090009/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados esperados com a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção de áreas verdes do Campus São Luís Maracanã, culminam sobretudo na segurança do campus, oferecida aos transeuntes das dependências do órgão, bem como à comunidade acadêmica em geral. Esta equipe de planejamento entende que a solução escolhida apresenta a alternativa mais eficiente e econômica para a Administração, por buscar a contratação de uma empresa especializada para realizar o serviço com mão de obra alocada e já treinada, de modo que a Administração se isenta de custos com pessoal, maquinário e capacitação. Além disso, por se tratar de um serviço sazonal, a solução escolhida elimina custos com capacidade ociosa.

Fortalecer o princípio da economicidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não foi identificado pela equipe de planejamento a necessidade de providências a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço eletrônico < [https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/copy9\\_of\\_AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio1.pdf](https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/copy9_of_AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio1.pdf) >, 4 edição / agosto de 2021, e não foi localizado nenhuma recomendação referente a contratação em tela.

Contudo, considerando a relação de interação existente entre o campus universitário e o meio ao seu entorno, faz-se necessária a adoção de medidas que busquem diminuir os impactos que a contratação do serviço em tela poderiam ocasionar ao

meio ambiente. Por conseguinte, como diretriz no planejamento da contratação, resta imprescindível considerar critérios e práticas de sustentabilidade. Dessa forma, e também em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI MPOG, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, na execução dos serviços, no que couber:

- a) Adotar critérios para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
- b) Utilizar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do início dos serviços e nas substituições.
- c) Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- d) Observar a Resolução CONAMA n. 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento.
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.
- f) Colaborar com a coleta seletiva para reciclagem, quando couber, e obedecendo as orientações da Comissão da Coleta Seletiva da Contratante, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente.
- g) Para seus equipamentos que gerem ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído, inclusive, não afetando o desenvolvimento dos trabalhos administrativos ou de atividades de ensino nas unidades.
- h) Aos funcionários operadores de equipamentos que gerem ruídos, fornecer o tipo de protetor auricular de acordo com a potência sonora indicada no selo do equipamento, em cumprimento ao subitem acima e de acordo com a tabela de Ruído Contínuo ou Intermitente em decibéis do Anexo 1 da NR 15.
- i) Observar as Resoluções CONAMA n. 401/2008 e n. 424/2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.
- j) Observar a Lei nº 12.305/2010 especialmente no que diz respeito à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme Art. 7º e Art. 47º da referida Lei.;
- k) Os funcionários encarregados, a partir das instruções recebidas durante o treinamento citado neste estudo, deverão atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.

Ademais, para os casos em específico a contratada deverá respeitar as medidas de tratamento abaixo:

IMPACTOS AMBIENTAIS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
Retirada de vegetação ciliar ou Nativa	Mapear, dentro das metragens a serem contratadas, se há vegetação ciliar ou nativa, em caso positivo, excluir tais áreas da licitação.
Destinação de compostagem contaminada	Vedar a utilização de quaisquer agrotóxicos, pesticidas, praguicidas, biocidas, agroquímicos e demais venenos agrícolas. Além disso, orientar à contratada no início contratual.
Transporte inadequado dos resíduos	A contratada deverá observar as leis municipais relacionadas ao transporte, resíduos volumosos e demais leis vigentes sobre o objeto do edital, bem como as particularidades das quais cerceiam o descarte de resíduos amparados por este edital, não cabendo

	reclamações posteriores, diante disso, acrescentar essa cláusula no edital.
Excesso de ruídos durante a execução dos serviços	A contratada deverá utilizar equipamentos que possuam tecnologia mais silenciosa (baixo nível de emissão de ruídos), recomendação a ser acrescentada no edital.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

**Anexo II - MR2\_2024.pdf**

# Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
2/2024	DARLAN GAMA MARTINS	10/02/2024 17:10
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de serviços de roçagem e capina de terreno, poda e corte/remoção de árvores		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação deserta ou fracassada.	Especificação incorreta do objeto. Falha na pesquisa de preços. Termo de Referência omissa ou incompatível com o mercado fornecedor. Requisitos de habilitação que frustrem o caráter competitivo do certame.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Escolha de solução que não atende as necessidades da instituição.					
2	Contratação de serviços em quantidade insuficiente para suprir as necessidades da instituição					
3	Utilização de preços inexequíveis ou excessivamente elevados na composição do preço médio.					
4	Obtenção de preço incompatível com as características do objeto a ser licitado.					
5	Falta de manutenção das áreas verdes do campus causando um cenário preocupante de imagem e segurança.					
6	Frustração do caráter competitivo da licitação relacionado às exigências de habilitação.					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitação permanente dos setores requisitantes de contratações de bens e serviços, assim como daqueles que atuam nas comissões de planejamento das contratações.	Responsável: ANTONIO ANISIO PINHEIRO				
P-02	Fazer um levantamento de mercado robusto durante o planejamento da contratação.	Responsável: ANTONIO ANISIO PINHEIRO				
P-03	Elaborar e manter atualizado histórico de consumo dos bens e serviços requisitados pelo setor.	Responsável: DIOGO SARDINHA	HERISON	SILVA		
P-04	Seguir as orientações previstas nas IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e nº 81, de 25 de novembro de 2022.	Responsável: DIOGO SARDINHA	HERISON	SILVA		
P-05	Descrever minuciosamente o objeto, conforme os padrões mínimos de qualidade e de acordo com as especificações usuais de mercado.	Responsável: JOSE BARBOSA SILVA	DA	CONCEICAO		
P-06	Adotar medidas como revisão dos critérios de participação, divulgação adequada do processo licitatório, realização de estudos de mercado para identificar possíveis interessados, entre outras ações que busquem aumentar o interesse e a concorrência nas licitações.	Responsável: JOSE BARBOSA SILVA	DA	CONCEICAO		
Ações de Contingência						
C-01	Devolução do Termo de Referência à Comissão de Planejamento da Contratação para ajustes.	Responsável: JOSE BARBOSA SILVA	DA	CONCEICAO		
C-02	Refazer a pesquisa de preços.	Responsável: JOSE BARBOSA SILVA	DA	CONCEICAO		
C-03	Cancelar o item ou revogar a licitação.	Responsável: DIOGO SARDINHA	HERISON	SILVA		
C-04	Planejar uma nova contratação.	Responsável: ANTONIO ANISIO PINHEIRO				

## 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

## 5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação



**Anexo III - TR4\_2024.pdf**

Termo de Referência 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	158276-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	DARLAN GAMA MARTINS	14/02/2024 16:25 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23249.061341.2023-49

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços especializados de manutenção de áreas verdes (poda e supressão de árvores de pequeno, médio e grande porte e destocamento de árvore, cercamento, capina manual e ecanizada e serviços correlatos) com disponibilização de mão de obra especializada, mas sem dedicação exclusiva, e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos necessários à prestação dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00

11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	TOTAL				R\$ 126.914,00	R\$ 1.522.968,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ( 5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção poderá causar danos irrepáveis à segurança do patrimônio público e das pessoas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Adotar critérios para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

4.1.2. Utilizar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do início dos serviços e nas substituições;

4.1.3. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

4.1.4 Observar a Resolução CONAMA n. 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

4.1.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.1.6 Colaborar com a coleta seletiva para reciclagem, quando couber, e obedecendo as orientações da Comissão da Coleta Seletiva da Contratante, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente;

4.1.7 Para seus equipamentos que gerem ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído, inclusive, não afetando o desenvolvimento dos trabalhos administrativos ou de atividades de ensino nas unidades;

4.1.8 Aos funcionários operadores de equipamentos que gerem ruídos, fornecer o tipo de protetor auricular de acordo com a potência sonora indicada no selo do equipamento, em cumprimento ao subitem acima e de acordo com a tabela de Ruído Contínuo ou Intermitente em decibéis do Anexo 1 da NR 15; 6.1.9. Observar as Resoluções CONAMA n. 401/2008 e n. 424 /2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

4.1.9 Observar a Lei nº 12.305/2010 especialmente no que diz respeito à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme Art. 7º e Art. 47º da referida Lei.

**Subcontratação**

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições: Nota(s) explicativa(s): 19 e 20

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.2.1.1 A subcontratação fica limitada ao percentual de 30%.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

**Garantia da contratação**

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria Nota(s) explicativa(s): 24

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Nota(s) explicativa(s): 25

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Nota(s) explicativa(s): 1, 2 e 3

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Os serviços de deverão ser executados mediante demanda da Contratante. A prestação dos serviços inclui os custos com mão de obra, máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos eventualmente necessários;

5.1.4 Abaixo segue descrição dos tipos de podas que poderão ser realizados pela contratada:

5.1.4.1 Na jardinagem, poda, podadura ou desbaste deve-se retirar parte de plantas, arbustos e árvores, cortando-se ramos, rama ou braços inúteis. O serviço pode ser demandando periodicamente. Para este serviço poderão ser utilizados equipamentos ou ferramentas, tais como: tesoura de poda, serrote, moto serra, entre outros;

5.1.4.2 Na poda de limpeza ou manutenção deve haver a remoção de partes indesejadas da planta com a retirada de galhos velhos e doentes; retirada de ramos e partes das plantas que estejam mortos; retirada de ramos e partes infestadas (irremediavelmente) por insetos; retirada de ramos partidos em consequência de ventos, tempestades; retiradas de ramos que se cruzam e raspam um no outro;

5.1.4.3 Na poda de formação deve-se dar à planta ou a um conjunto de plantas, uma forma básica de tronco e ramos, a fim de se ter uma distribuição equilibrada;

5.1.4.4 A poda de condução deve ser realizada para orientar a planta no sentido ou sobre um suporte. Esta poda é muito utilizada para as cercas vivas e trepadeiras, pois geralmente possuem um crescimento limitado ou direcionado;

5.1.4.5 Na desbrolha deve-se retirar dos brotos “ladrões” que surgem de gemas laterais existentes em mudas de árvores e arbustos e mesmo em espécies adultas, quando podadas. Tem a finalidade de conduzir com maior vitalidade a haste principal;

5.1.4.6 As podas de raízes devem ser realizadas quando as raízes superficiais afloram na superfície ou quando se faz a troca de recipiente. Nas plantas de porte pequeno a eliminação das raízes é um processo fácil, mas no caso de árvores mais velhas é uma técnica onerosa e pouco recomendada, pois as árvores ficam suscetíveis à queda, sendo somente recomendado em casos excepcionais;

5.1.4.7 O tipo de poda a ser realizado dependerá da necessidade específica de cada vegetação e será definida pelo Responsável Técnico do serviço, o qual comunicará previamente à Contratada;

5.1.4.8. Todos os entulhos provenientes da execução da poda deverão ser removidos do local e a Contratada deverá providenciar o destino adequado não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos em nenhuma hipótese poderão ser mantidos no local ou queimados;

5.1.4.9 O serviço de destocamento é o procedimento agrícola de limpeza do solo através da retirada dos tocos ou restos de árvores (queimadas ou cortadas). Geralmente é executado por meios mecanizados, contudo, também pode ser realizado manualmente com instrumentos roçais.

5.1.4.10 A contratada ao apresentar sua proposta deve estar ciente de que a prestação dos serviços inclui todos os custos com mão de obra, máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos eventualmente necessários, e somente deverá ser realizada após a ordem de execução dos serviços e conforme demanda da Contratante;

5.1.4.11 O serviço de supressão de árvore consiste na retirada da árvore por completa (tronco, raiz, caule etc.). Geralmente é precedida por uma poda, a critério do responsável técnico, tendo em vista a distribuição do peso e área de impacto da árvore ao ser derrubada.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus São Luís – Maracanã está localizado na Avenida dos Curiós, S/Nº, Vila Esperança, São Luís-MA, CEP: 65095-460.

5.3. Em casos excepcionais, a Contratada deverá disponibilizar os serviços em um prazo de 24 (vinte e quatro horas), a partir da comunicação do contratante;

5.3.1 Os serviços poderão ser solicitados em ocasião de eventos, como sábados, domingos, feriados ou após o horário das 00h00;

5.3.2 Os itinerários deverão ser cumpridos da forma mais rápida possível, visando celeridade e economicidade.

5.3.3 Os veículos/máquinas deverão ser entregues no local indicado na ordem de serviço ou em outro local acordado entre as partes;

5.3.4 Para os itens cuja unidade de medida é a "hora trabalhada", a contagem do tempo será a partir do local de início do efetivo trabalho, devendo ser interrompida conforme pausas efetuadas pelo operador do trator, e retomada até finalização da quantidade de horas contratadas;

#### Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento EPI'S e EPC'S necessários à prestação dos serviços e segurança de seus colaboradores, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00

10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	TOTAL				R\$ 126.914,00	R\$ 1.522.968,00

*Procedimentos de transição e finalização do contrato Nota(s) explicativa(s): 11*

*b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, consoante as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

#### INDICADOR 1: TEMPO DE RESPOSTA AS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE

##### ITEM

Finalidade - Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração.

Meta a cumprir - Até dois dias úteis posterior à solicitação

Instrumento de Medição - Constatação formal de ocorrências

Forma de Acompanhamento - Pelo Fiscal do Contrato por meio de Registros das Ocorrências

Periodicidade - Por evento/solicitação à Contratante/preposto

Mecanismo de Cálculo - Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta

Início da Vigência - A partir do início da prestação do serviço

Faixas de Ajuste no Pagamento -

- Sem atrasos: 60 pontos
- 01 resposta com atraso = 50 pontos
- 02 respostas com atraso = 40 pontos
- 03 respostas com atraso = 30 pontos
- 04 respostas com atraso = 20 pontos
- 05 respostas ou mais = 00 pontos

Sanções - Ver item 19

Observações - O indicador evidencia o nível de comprometimento da Contratada para o cumprimento dos termos da avença com a Contratante.

#### INDICADOR 2: OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS

##### ITEM

Finalidade - Mensurar ocorrências contratuais diversas de inadimplemento de obrigações

Meta a cumprir - Cumprir obrigações contratuais

Instrumento de Medição - Constatação formal de ocorrência

Forma de Acompanhamento - Pelo Fiscal do Contrato por meio de Registros das Ocorrências

Periodicidade - Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais

Mecanismo de Cálculo - Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta

Início da Vigência - A partir do início da prestação do serviço

Faixas de Ajuste no Pagamento -

- Sem atrasos: 40 pontos
- 01 resposta com atraso = 30 pontos
- 02 respostas com atraso = 20 pontos
- 03 respostas com atraso = 10 pontos
- 04 ou mais com atraso = 00 pontos

Sanções - Ver item 19

Observações -

O indicador objetiva garantir o adimplemento da Contratada quanto as obrigações contratuais.

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade de serviço de Resultado	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do Instrumento de Medição
De 80 a 100 pontos -	100% do valor previsto -	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto-	0,93
De 80 a 100 pontos -	90% do valor previsto	0,90

**Valor devido na fatura mensal = (Valor mensal previsto) x (Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado);**

**Em caso de reincidência de pontuação (0) zero em qualquer indicativo: multa de 0,3% sobre o total da Nota Fiscal mensal + faixa de ajuste pertinente.**

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produziu os resultados acordados;

deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .....(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.31. Não se aplica

#### **Cessão de crédito**

7.40. Não aplica

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. **O** atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. **Nota(s) explicativa(s): 12**

#### **Qualificação Técnica**

**8.28.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; N

**8.29.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.30.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região a que estiverem vinculados,, em plena validade;

**8.30.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.31.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos, conforme planilha estimativa de serviços e quantitativos, para os serviços descritos ou equivalentes, nos itens: 01; 06; 10; 11; 12; 14; 15 e 16.

8.31.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.31.2.1 Para o Engenheiro agrônomo ou florestal: Serviço de podas árvores.

8.31.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. N

**8.31.4.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.31.5.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

**8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);**

**8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;**

**8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;**

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.522.968,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
					R\$	R\$



	TOTAL				126.914,00	1.522.968,00
--	-------	--	--	--	------------	--------------

9.1. O custo estimado total da contratação é conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

9.5. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

9.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de custo.xlsx - Planilhas Google.pdf (50.14 KB)

## **Anexo I - Planilha de custo.xlsx - Planilhas Google.pdf**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 126.914,00</b>	<b>R\$ 1.522.968,00</b>

**Anexo IV - TR4\_2024.2.pdf**

Termo de Referência 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	158276-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	DARLAN GAMA MARTINS	27/05/2024 03:09 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90009/2023	23249.061341.2023-49

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços especializados de manutenção de áreas verdes (poda e supressão de árvores de pequeno, médio e grande porte e destocamento de árvore, cercamento, capina manual e ecanizada e serviços correlatos) com disponibilização de mão de obra especializada, mas sem dedicação exclusiva, e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos necessários à prestação dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00

11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	TOTAL				R\$ 126.914,00	R\$ 1.522.968,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ( 5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção poderá causar danos irrepáveis à segurança do patrimônio público e das pessoas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



**Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Adotar critérios para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

4.1.2. Utilizar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do início dos serviços e nas substituições;

4.1.3. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

4.1.4 Observar a Resolução CONAMA n. 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

4.1.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.1.6 Colaborar com a coleta seletiva para reciclagem, quando couber, e obedecendo as orientações da Comissão da Coleta Seletiva da Contratante, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente;

4.1.7 Para seus equipamentos que gerem ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído, inclusive, não afetando o desenvolvimento dos trabalhos administrativos ou de atividades de ensino nas unidades;

4.1.8 Aos funcionários operadores de equipamentos que gerem ruídos, fornecer o tipo de protetor auricular de acordo com a potência sonora indicada no selo do equipamento, em cumprimento ao subitem acima e de acordo com a tabela de Ruído Contínuo ou Intermitente em decibéis do Anexo 1 da NR 15; 6.1.9. Observar as Resoluções CONAMA n. 401/2008 e n. 424 /2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

4.1.9 Observar a Lei nº 12.305/2010 especialmente no que diz respeito à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme Art. 7º e Art. 47º da referida Lei.

**Subcontratação**

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições: Nota(s) explicativa(s): 19 e 20

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.2.1.1 A subcontratação fica limitada ao percentual de 30%.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

**Garantia da contratação**

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria Nota(s) explicativa(s): 24

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Nota(s) explicativa(s): 25

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Nota(s) explicativa(s): 1, 2 e 3

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Os serviços de deverão ser executados mediante demanda da Contratante. A prestação dos serviços inclui os custos com mão de obra, máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos eventualmente necessários;

5.1.4. Abaixo segue descrição dos tipos de podas que poderão ser realizados pela contratada:

5.1.4.1 Na jardinagem, poda, podadura ou desbaste deve-se retirar parte de plantas, arbustos e árvores, cortando-se ramos, rama ou braços inúteis. O serviço pode ser demandado periodicamente. Para este serviço poderão ser utilizados equipamentos ou ferramentas, tais como: tesoura de poda, serrote, moto serra, entre outros;

5.1.4.2 Na poda de limpeza ou manutenção deve haver a remoção de partes indesejadas da planta com a retirada de galhos velhos e doentes; retirada de ramos e partes das plantas que estejam mortos; retirada de ramos e partes infestadas (irremediavelmente) por insetos; retirada de ramos partidos em consequência de ventos, tempestades; retiradas de ramos que se cruzam e raspam um no outro;

5.1.4.3 Na poda de formação deve-se dar à planta ou a um conjunto de plantas, uma forma básica de tronco e ramos, a fim de se ter uma distribuição equilibrada;

5.1.4.4 A poda de condução deve ser realizada para orientar a planta no sentido ou sobre um suporte. Esta poda é muito utilizada para as cercas vivas e trepadeiras, pois geralmente possuem um crescimento limitado ou direcionado;

5.1.4.5 Na desbota deve-se retirar dos brotos “ladrões” que surgem de gemas laterais existentes em mudas de árvores e arbustos e mesmo em espécies adultas, quando podadas. Tem a finalidade de conduzir com maior vitalidade a haste principal;

5.1.4.6 As podas de raízes devem ser realizadas quando as raízes superficiais afloram na superfície ou quando se faz a troca de recipiente. Nas plantas de porte pequeno a eliminação das raízes é um processo fácil, mas no caso de árvores mais velhas é uma técnica onerosa e pouco recomendada, pois as árvores ficam suscetíveis à queda, sendo somente recomendado em casos excepcionais;

5.1.4.7 O tipo de poda a ser realizado dependerá da necessidade específica de cada vegetação e será definida pelo Responsável Técnico do serviço, o qual comunicará previamente à Contratada;

5.1.4.8. Todos os entulhos provenientes da execução da poda deverão ser removidos do local e a Contratada deverá providenciar o destino adequado não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos em nenhuma hipótese poderão ser mantidos no local ou queimados;

5.1.4.9 O serviço de destocamento é o procedimento agrícola de limpeza do solo através da retirada dos tocos ou restos de árvores (queimadas ou cortadas). Geralmente é executado por meios mecanizados, contudo, também pode ser realizado manualmente com instrumentos roçais.

5.1.4.10 A contratada ao apresentar sua proposta deve estar ciente de que a prestação dos serviços inclui todos os custos com mão de obra, máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos eventualmente necessários, e somente deverá ser realizada após a ordem de execução dos serviços e conforme demanda da Contratante;

5.1.4.11 O serviço de supressão de árvore consiste na retirada da árvore por completa (tronco, raiz, caule etc.). Geralmente é precedida por uma poda, a critério do responsável técnico, tendo em vista a distribuição do peso e área de impacto da árvore ao ser derrubada.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus São Luís – Maracanã está localizado na Avenida dos Curiós, S/Nº, Vila Esperança, São Luís-MA, CEP: 65095-460.

5.3. Em casos excepcionais, a Contratada deverá disponibilizar os serviços em um prazo de 24 (vinte e quatro horas), a partir da comunicação do contratante;

5.3.1 Os serviços poderão ser solicitados em ocasião de eventos, como sábados, domingos, feriados ou após o horário das 00h00;

5.3.2 Os itinerários deverão ser cumpridos da forma mais rápida possível, visando celeridade e economicidade.

5.3.3 Os veículos/máquinas deverão ser entregues no local indicado na ordem de serviço ou em outro local acordado entre as partes;

5.3.4 Para os itens cuja unidade de medida é a "hora trabalhada", a contagem do tempo será a partir do local de início do efetivo trabalho, devendo ser interrompida conforme pausas efetuadas pelo operador do trator, e retomada até finalização da quantidade de horas contratadas;

#### Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento EPI'S e EPC'S necessários à prestação dos serviços e segurança de seus colaboradores, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade /mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade /mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00

10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	TOTAL				R\$ 126.914,00	R\$ 1.522.968,00

*Procedimentos de transição e finalização do contrato Nota(s) explicativa(s): 11*

*b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, consoante as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

#### INDICADOR 1: TEMPO DE RESPOSTA AS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE

##### ITEM

Finalidade - Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração.

Meta a cumprir - Até dois dias úteis posterior à solicitação

Instrumento de Medição - Constatação formal de ocorrências

Forma de Acompanhamento - Pelo Fiscal do Contrato por meio de Registros das Ocorrências

Periodicidade - Por evento/solicitação à Contratante/preposto

Mecanismo de Cálculo - Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta

Início da Vigência - A partir do início da prestação do serviço

Faixas de Ajuste no Pagamento -

- Sem atrasos: 60 pontos
- 01 resposta com atraso = 50 pontos
- 02 respostas com atraso = 40 pontos
- 03 respostas com atraso = 30 pontos
- 04 respostas com atraso = 20 pontos
- 05 respostas ou mais = 00 pontos

Sanções - Ver item 19

Observações - O indicador evidencia o nível de comprometimento da Contratada para o cumprimento dos termos da avença com a Contratante.

#### INDICADOR 2: OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS

##### ITEM

Finalidade - Mensurar ocorrências contratuais diversas de inadimplemento de obrigações

Meta a cumprir - Cumprir obrigações contratuais

Instrumento de Medição - Constatação formal de ocorrência

Forma de Acompanhamento - Pelo Fiscal do Contrato por meio de Registros das Ocorrências

Periodicidade - Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais

Mecanismo de Cálculo - Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta

Início da Vigência - A partir do início da prestação do serviço

Faixas de Ajuste no Pagamento -

- Sem atrasos: 40 pontos
- 01 resposta com atraso = 30 pontos
- 02 respostas com atraso = 20 pontos
- 03 respostas com atraso = 10 pontos
- 04 ou mais com atraso = 00 pontos

Sanções - Ver item 19

Observações -

O indicador objetiva garantir o adimplemento da Contratada quanto as obrigações contratuais.

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade de serviço de Resultado	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do Instrumento de Medição
De 80 a 100 pontos -	100% do valor previsto -	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto-	0,93
De 80 a 100 pontos -	90% do valor previsto	0,90

**Valor devido na fatura mensal = (Valor mensal previsto) x (Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado);**

**Em caso de reincidência de pontuação (0) zero em qualquer indicativo: multa de 0,3% sobre o total da Nota Fiscal mensal + faixa de ajuste pertinente.**

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produziu os resultados acordados;

deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .....(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação



7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Antecipação de pagamento

7.31. Não se aplica

#### Cessão de crédito

7.40. Não aplica

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. **O** atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.28.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.29.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.30.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região a que estiverem vinculados,, em plena validade;

**8.30.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.31.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos, conforme planilha estimativa de serviços e quantitativos, para os serviços descritos ou equivalentes, nos itens: 01; 06; 10; 11; 12; 14; 15 e 16.

8.31.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.31.2.1 Para o Engenheiro agrônomo ou florestal: Serviço de podas árvores.

8.31.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.31.4.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.31.5.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

**8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);**

**8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;**

**8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;**

**8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);**

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.468.016,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG	Município /UF de Entrega	Quantidade	Sub total	Total Mensal	Total Anual
1	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	INST.FED.DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	100000	555.000,0	R\$ 88.800,00	R\$ 1.065.600,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5000			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000			
						158293 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS CODO	Codó/MA	100000			
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	320000			
						158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	50000			
						154859 -					

2	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	500	150.500,0	R\$ 24.080,00	R\$ 288.960,00
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000			
						158293 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS CODO	Codó/MA	50000			
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	20000			
3	Serviço	24023- Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	50000	175.000,0	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5000			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000			
						158293 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS CODO	Codó/MA	50000			
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	40000			
						158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	100			
						154859 - CAMPUS	São José				

4	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	de Ribamar /MA	10	330,0	R\$ 16.500,00	R\$ 198.000,00
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	100			
						158291 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	120			
5	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	150	415,0	R\$ 20.750,00	R\$ 249.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	15			
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	150			
						158291 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	100			
6	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	200	515,0	R\$ 25.750,00	R\$ 309.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	15			
						158293 - INST.FED. DO	Codó/MA	200			

						MARANHAO /CAMPUS CODO						
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	100				
7	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	30				
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5				
						158293 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS CODO	Codó/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00	
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	5				
8	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	30				
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5				
						158293 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS CODO	Codó/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00	
						158291 - INST.FED. DO MARANHAO	São João dos Patos /MA	5				



						/CAMPUS S. JOAO DOS PATOS					
9	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	30	68,0	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFFECT MA	São José de Ribamar /MA	3			
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	30			
						158291 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	5			
10	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 93,97	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	200	400,0	R\$ 37.588,00	R\$ 451.056,00
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	200			
11	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	10000	20.500,0	R\$ 14.350,00	R\$ 172.200,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFFECT MA	São José de Ribamar /MA	500			
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			

12	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	10000	51.000,0	R\$ 35.700,00	R\$ 428.400,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	1000			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000			
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			
13	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	400	1.900,0	R\$ 1.330,00	R\$ 15.960,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	100			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	1000			
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	400			
14	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	10000	60.000,0	R\$ 118.200,00	R\$ 1.418.400,00
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			
						158291 - INST.FED.					

						DO MARANHÃO /CAMPUS S. JOÃO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	40000			
15	Serviço	14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	5000	12.000,0	R\$ 23.640,00	R\$ 283.680,00
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODÓ	Codó/MA	5000			
16	Serviço	16675- Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 5,29	158276 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	1000	2.000,0	R\$ 10.580,00	R\$ 126.960,00
						158293 - INST.FED. DO MARANHÃO /CAMPUS CODÓ	Codó/MA	1000			
									1.029.768,0	R\$ 455.668,00	R\$ 5.468.016,00

9.1. O custo estimado total da contratação é conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de custo.xlsx - Planilhas Google.pdf (50.14 KB)
- Anexo II - Planilha de custo.xlsx - Cópia de IRP.pdf (97.48 KB)

## **Anexo I - Planilha de custo.xlsx - Planilhas Google.pdf**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Roçada com Máquina de Pequeno Porte	m²/mês	100000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Capina Manual	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Limpeza de Terreno c/ a Retirada de Entulho	m²/mês	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Poda de Arvores Pequenas de Até 2 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Poda de Arvores Medio de 2 a 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Poda de Arvores Grande acima de 3 metros c/ Retirada de Galhos	unidade/mês	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Extração de Arvores Mortas(Secas) Pequenas de Até 2 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Extração de Arvores Mortas(Secas) Medio de 2 a 3 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
9	Extração de Arvores Mortas(Secas) Grande acima de 3 metros	unidade/mês	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
10	Trituração de Galhos c/ Máquinas	hora/mês	200	R\$ 93,97	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
11	Manutenção de Jardins e Conservação de Bosques e áreas Verdes c/ Vegetação Arbustiva e Arborea	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
12	Formação e poda de gramados;	m²/mês	10000	R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Formação de jardins e manutenção em áreas ajardinadas;	m²/mês	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Roço mecanizado nas unidades de produção (maquina de grande porte);	m²/mês	10000	R\$ 1,97	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Roçadomecanizado nos setores de produção;	m²/mês	5000	R\$ 1,97	R\$ 9.850,00	R\$ 118.200,00
16	Manutenção de cerca de madeira	m²/mês	1000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 126.914,00</b>	<b>R\$ 1.522.968,00</b>

**Anexo II - Planilha de custo.xlsx - Cópia de IRP.pdf**



N° do Item	Tipo de Item	Item	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade	Sub total	Total Mensal
1	Serviço	<u>14044-Rocada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,16	NST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	100000	555.000,0	R\$ 88.800,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5000		
				154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100000		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	320000		
2	Serviço	<u>14044-Rocada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,16	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	50000	150.500,0	R\$ 24.080,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	500		
				154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	20000		
		24022		158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	50000		

3	Serviço	<u>24023- Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades</u>	R\$ 0,16	154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5000	175.000,0	R\$ 28.000,00
				154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	40000		
4	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	100	330,0	R\$ 16.500,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	10		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	120		
5	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	150	415,0	R\$ 20.750,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	15		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	150		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	100		

6	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	200	515,0	R\$ 25.750,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	15		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	100		
7	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5		
8	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5		

9	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	68,0	R\$ 3.400,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	3		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5		
10	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizad a / Manual</u>	R\$ 93,97	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	200	400,0	R\$ 37.588,00
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200		
11	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizad a / Manual</u>	R\$ 0,70	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000	20.500,0	R\$ 14.350,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	500		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000		
12	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizad a / Manual</u>	R\$ 0,70	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000	51.000,0	R\$ 35.700,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	1000		
				154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000		

		<u>a / Manual</u>		158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000		
13	Serviço	14044- <u>Roçada /</u> <u>Limpeza de</u> <u>Área -</u> <u>Mecanizad</u> <u>a / Manual</u>	R\$ 0,70	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	400	1.900,0	R\$ 1.330,00
				154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	100		
				154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	1000		
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	400		
14	Serviço	14044- <u>Roçada /</u> <u>Limpeza de</u> <u>Área -</u> <u>Mecanizad</u> <u>a / Manual</u>	R\$ 1,97	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000	60.000,0	R\$ 118.200,00
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000		
				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	40000		
15	Serviço	14044- <u>Roçada /</u> <u>Limpeza de</u> <u>Área -</u> <u>Mecanizad</u> <u>a / Manual</u>	R\$ 1,97	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	5000	12.000,0	R\$ 23.640,00
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	5000		
16	Serviço	16675- <u>Instalação /</u> <u>Manutenção - Cerca /</u> <u>Alambrado</u> <u>/ Tela</u>	R\$ 5,29	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	1000	2.000,0	R\$ 10.580,00
				158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	1000		
							1.029.768,0	R\$ 455.668,00

Total Anual
R\$ 1.065.600,00
R\$ 288.960,00

R\$ 336.000,00

R\$ 198.000,00

R\$ 249.000,00

R\$ 309.000,00

R\$ 42.000,00

R\$ 42.000,00



R\$ 40.800,00

R\$ 451.056,00

R\$ 172.200,00

R\$ 428.400,00

R\$ 15.960,00
R\$ 1.418.400,00
R\$ 283.680,00
R\$ 126.960,00
R\$ 5.468.016,00

**Anexo V - CONTRATO7\_2024.pdf**

Contrato 7/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2024	158276-INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SÃO LUIS-MACARANA	DARLAN GAMA MARTINS	28/05/2024 08:17 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90009/2023	23249.061341.2023-49

1. Cláusula primeira - do objeto

TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

158276-INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SÃO LUIS-  
MARACANÃ

(Processo Administrativo nº 23249.061341.2023-49)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O 158276-INST.FED.DO MARANHÃO / CAMPUS SÃO LUIS- MARACANÃ..... E .....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracanã, com sede na Avenida dos Curiós, s/n, Vila Esperança, na cidade de São Luís –MA, inscrito no CNPJ sob o no 10.735.145/0013-28, neste ato representado pela Diretora Geral em exercício Sr. Jeovani Machado Rodrigues, Professor EBTT, Diretor Geral da unidade, nomeado pela Portaria no 5.434/2020 de 18 de novembro de 2020, publicada no DOU de 19 de novembro de2020, portador da Matrícula Funcional no 1634177, doravante denominada CONTRATANTE, e a, e o (a) empresa....., inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº ....., sediado(a), doravante designado CONTRATADO, na.....neste ato representado (a) por....., (nome e função no contratado)conforme atos constitutivos da empresa OU[A2] tendo em vista o que consta no Processo nº procuração apresentada nos autos, 23249.017293.2023-51e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a execução de serviços especializados de manutenção de áreas verdes (poda e supressão de árvores de pequeno, médio e grande porte e destocamento de árvore, cercamento, capina manual e mecanizada e serviços correlatos) com disponibilização de mão de obra

especializada, mas sem dedicação exclusiva, e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos necessários à prestação dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 1.2. Objeto da contratação:

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG	Município /UF de Entrega	Quantidade	Sub total	Total Mensal	Total Anual
1	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	NST.FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	100000	100.000,0	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
2	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	50000	50.000,0	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
3	Serviço	24023-Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	50000	50.000,0	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
4	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	100	100,0	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
5	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	150	150,0	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
6	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	200	200,0	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
7	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	30	30,0	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
8	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	30	30,0	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
		15130-Poda, Corte, Arrancamento		Menor		158276 - INST. FED.DO MARANHÃO	São Luís			R\$	R\$

9	Serviço de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Preço	R\$ 50,00	/CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	/MA	30	30,0	1.500,00	18.000,00
10	Serviço 14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 93,97	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	200	200,0	R\$ 18.794,00	R\$ 225.528,00
12	Serviço 14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	10000	10.000,0	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
13	Serviço 14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	400	400,0	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
14	Serviço 14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	10000	10.000,0	R\$ 19.700,00	R\$ 236.400,00
15	Serviço 14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	5000	6.000,0	R\$ 11.820,00	R\$ 141.840,00
16	Serviço 16675-Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 5,29	158276 - INST. FED.DO MARANHÃO /CAMPUS SAO LUIS- MACARANA	São Luís /MA	1000	1.000,0	R\$ 5.290,00	R\$ 63.480,00
								228.140,0	R\$ 121.884,00	R\$ 1.462.608,00

1.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. Cláusula quarta - subcontratação**

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

*4.1. É vedada a subcontratação do objeto.*

### **5. Cláusula quinta - preço**

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$.……. (……)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados

### **6. Cláusula sexta - pagamento**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. Cláusula sétima - reajuste**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 07/06/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. Cláusula nona - obrigações do contratado**

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano

causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. *Realizar os serviços de manutenção na sede do contratante ou do contratado;*

9.25. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.26. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.26.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

## **10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD**

### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente seja firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e conforme a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que sejam celebrados pelo Contratado.*

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. Cláusula décima primeira - garantia de execução**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

11.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.17.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante visando apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

#### IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias ;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1.

2.1.1.

2.1.1.1.

a. 2.1.1.1.1. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 2% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1,5% a 2% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,8% a 1,5% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 0,8% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

1. 12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a. *1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b. *2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



1.

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3 Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.

I. 1.1. Gestão/Unidade:

II. 1.2. Fonte de Recursos:

III. 1.3. Programa de Trabalho:

IV. 1.4. Elemento de Despesa:

V. 1.5. Plano Interno:

VI. 1.6. Nota de Empenho:

1.

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. Cláusula décima sexta - alterações**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. Cláusula décima sétima - publicação

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. Cláusula décima oitava - foro

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Luís, Seção Judiciária do Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

### TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

**Anexo VI - ARP3\_2024.pdf**

# Ata de Registro de Preços 3/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	158276-INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	DARLAN GAMA MARTINS	28/05/2024 08:24 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	90009/2023	23249.061341.2023-49

## 1. Do objeto

### MODELO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracanã, com sede na Avenida dos Curiós, s/n, Vila Esperança, na cidade de São Luís –MA, inscrito no CNPJ sob o nº 10.735.145/0013-28, neste ato representado pela Diretora Geral em exercício Sr. Jeovani Machado Rodrigues, Professor EBTT, Diretor Geral da unidade, nomeado pela Portaria nº 5.434/2020 de 18 de novembro de 2020, publicada no DOU de 19 de novembro de 2020, portadora Matrícula Funcional nº 1634177 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 23249.017293.2023-51 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de prestação do serviço de serviços especializados de manutenção de áreas verdes (poda e supressão de árvores de pequeno, médio e grande porte e destocamento de árvore, cercamento, capina manual e mecanizada e serviços correlatos) com disponibilização de mão de obra especializada, mas sem dedicação exclusiva, e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos necessários à prestação dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências

estabelecidas neste instrumento., especificados no Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº ...../2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	UASG	Município /UF de Entrega	Quantidade	Sub total
1	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	100000	555.000,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5000	
					154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100000	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	320000	
2	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	50000	150.500,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	500	
					154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	20000	
					158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	50000	
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR	São José de		

3	Serviço	24023-Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades	METRO QUADRADO	Menor Preço	IFECT MA	Ribamar /MA	5000	175.000,0
					154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	40000	
4	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	100	330,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	10	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	120	
5	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	150	415,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	15	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	150	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	100	
6	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	200	515,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	15	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	100	
7	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	30	70,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30	
					158291 - INST.FED.DO	São João		

					MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	dos Patos /MA	5	
8	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	30	70,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	5	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	5	
9	Serviço	15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular	UNIDADE	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	30	68,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	3	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	5	
10	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	200	400,0
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200	
11	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	10000	20.500,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	500	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000	
12	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	10000	51.000,0
					154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar /MA	1000	
					154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	30000	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000	
					158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	400	
						São José		



13	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	de Ribamar /MA	100	1.900,0
					154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras /MA	1000	
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	400	
14	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	10000	60.000,0
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000	
					158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos /MA	40000	
15	Serviço	14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	5000	12.000,0
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	5000	
16	Serviço	16675-Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela	METRO QUADRADO	Menor Preço	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA	1000	2.000,0
					158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	1000	
								1.029.768,0

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1. 3.1 O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....
2. 3.2 {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

## 4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### 4.1 Não se aplica

1. 4.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos
2. 4.2.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3. 4.2.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4. 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5. 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
6. 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
7. 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
8. 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
9. 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

1. 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 2.
3. 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.
5. 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 6.
7. 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

1. 4.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva**

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1. 5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
2. 5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 3.
4. 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.
6. 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 7.
8. 5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.
10. 5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 11.
12. 5.4.1.Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 13.
14. 5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 15.
16. 5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 17.
18. 5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.
- 19.
20. 5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 21.
22. 5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 23.
24. 5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 25.
26. 5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 27.
28. 5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
29. 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 30.
31. 5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 32.
33. 5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 34.
35. 5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 36.
37. 5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 38.
39. 5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 40.
41. 5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 41.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 41.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 6. Alteração ou atualização dos preços registrados

### 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. Negociação dos preços registrados**

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá

cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP**

### **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados**

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. Das penalidades**

### **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
------	---



do								
TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DIOGO HERISON SILVA SARDINHA**

Membro da comissão de contratação

**ANTONIO ANISIO PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação

**JOSE DA CONCEICAO BARBOSA SILVA**

Membro da comissão de contratação

## **Anexo VII - Planilha de custo.xlsx - IRP.pdf**

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade	Sub total	Total Mensal	Total Anual
1	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	NST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SÃO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	100000	555.000,0	R\$ 88.800,00	R\$ 1.065.600,00
						154859 - CAMPUS SÃO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5000			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000			
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100000			
						158291 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	320000			
2	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SÃO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	50000	150.500,0	R\$ 24.080,00	R\$ 288.960,00
						154859 - CAMPUS SÃO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	500			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000			
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000			
						158291 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	20000			
3	Serviço	<u>24023- Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,16	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SÃO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	50000	175.000,0	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00
						154859 - CAMPUS SÃO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5000			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000			
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	50000			
						158291 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	40000			

4	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	100	330,0	R\$ 16.500,00	R\$ 198.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	10			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	100			
						158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	120			
5	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	150	415,0	R\$ 20.750,00	R\$ 249.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	15			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	150			
						158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	100			
6	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	200	515,0	R\$ 25.750,00	R\$ 309.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	15			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200			
						158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	100			
7	Serviço	<u>15130- Poda, Corte, Arrancame nto de Árvores - Áreas Pública /</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30			

		<u>Pública / Particular</u>				158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5			
8	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Públicas / Particular</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	5			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30			
						158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5			
9	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Públicas / Particular</u>	UNIDADE	Menor Preço	R\$ 50,00	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	30	68,0	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	3			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	30			
						158291 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	5			
10	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 93,97	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	200	400,0	R\$ 37.588,00	R\$ 451.056,00
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	200			
11	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000	20.500,0	R\$ 14.350,00	R\$ 172.200,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	500			
						158293 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			
						158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000			

12	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	1000	51.000,0	R\$ 35.700,00	R\$ 428.400,00
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	30000			
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			
13	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 0,70	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	400	1.900,0	R\$ 1.330,00	R\$ 15.960,00
						154859 - CAMPUS SAO JOSE DE RIBAMAR IFECT MA	São José de Ribamar/MA	100			
						154855 - CAMPUS PEDREIRAS IFMA	Pedreiras/MA	1000			
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	400			
14	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	10000	60.000,0	R\$ 118.200,00	R\$ 1.418.400,00
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	10000			
						158291 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.JOAO DOS PATOS	São João dos Patos/MA	40000			
15	Serviço	<u>14044- Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 1,97	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	5000	12.000,0	R\$ 23.640,00	R\$ 283.680,00
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	5000			
16	Serviço	<u>16675- Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela</u>	METRO QUADRADO	Menor Preço	R\$ 5,29	158276 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	1000	2.000,0	R\$ 10.580,00	R\$ 126.960,00
						158293 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS CODO	Codó/MA	1000			
									1.029.768,0	R\$ 455.668,00	R\$ 5.468.016,00

**Anexo VIII - Planilha de custo.xlsx - Itens do pregao.  
pdf**



N° do Item	Tipo de Item	Item	Valor Unitário Estimado (R\$)	Sub total	Total Mensal	Total Anual
1	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,16	555.000,0	R\$ 88.800,00	R\$ 1.065.600,00
2	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,16	150.500,0	R\$ 24.080,00	R\$ 288.960,00
3	Serviço	<u>24023-Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades</u>	R\$ 0,16	175.000,0	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00
4	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	330,0	R\$ 16.500,00	R\$ 198.000,00
5	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	415,0	R\$ 20.750,00	R\$ 249.000,00
6	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	515,0	R\$ 25.750,00	R\$ 309.000,00
7	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
8	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	70,0	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00

9	Serviço	<u>15130-Poda, Corte, Arrancamento de Árvores - Áreas Pública / Particular</u>	R\$ 50,00	68,0	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
10	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 93,97	400,0	R\$ 37.588,00	R\$ 451.056,00
11	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,70	20.500,0	R\$ 14.350,00	R\$ 172.200,00
12	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,70	51.000,0	R\$ 35.700,00	R\$ 428.400,00
13	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 0,70	1.900,0	R\$ 1.330,00	R\$ 15.960,00
14	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 1,97	60.000,0	R\$ 118.200,00	R\$ 1.418.400,00
15	Serviço	<u>14044-Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual</u>	R\$ 1,97	12.000,0	R\$ 23.640,00	R\$ 283.680,00
16	Serviço	<u>16675-Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela</u>	R\$ 5,29	2.000,0	R\$ 10.580,00	R\$ 126.960,00
				1.029.768,0	R\$ 455.668,00	R\$ 5.468.016,00